

ESCRavidÃO E ECONOMIA NO CARIRI CEARENSE DA SEGUNDA METADE DO SÉCULO XIX

Ana Sara R. P. Cortez (UFC, *Campus* de Sobral)

Ana Isabel R. P. Cortez (URCA)

Guilherme Irffi (UFC, *Campus* de Sobral)

Resumo

O artigo analisa a configuração das atividades econômicas praticadas no Cariri Cearense articulada ao trabalho escravo utilizado nelas durante a segunda metade do século XIX. E a partir de documentos cartoriais, os inventários *post-mortem*, pretende-se ter a percepção de como estavam organizadas as atividades econômicas desenvolvidas na região meridional da Província do Ceará na segunda metade do século XIX, bem como a inserção do trabalhador cativo em tais atividades. A partir destas fontes, pode-se dizer que durante o período oitocentista, o sul do Ceará era um espaço entrecortado por pequenas e médias propriedades, variando, em média, entre um e trinta escravos, diferentemente do contexto percebido na Zona da Mata Pernambucana, no Recôncavo Baiano e no Sudeste cafeeiro. No entanto, mesmo contando com um número menor de escravos, a utilização desta força de trabalho foi uma constante nas diversas atividades econômicas empreendidas nesta região, sobretudo relacionada à cultura canavieira. Por outro lado, aliado e complementar a cana, a pecuária foi sendo desenvolvida, contando também com a mão-de-obra cativa. A dependência desse tipo de trabalhador trouxe no século XIX sérios entraves para a economia da região, pois eventos como o fim do tráfico transatlântico que diminuiu a entrada de africanos bem como o tráfico interprovincial retirou parte da força de trabalho cativa para o sudeste cafeeiro. Esses acontecimentos afetaram o preço dos escravos e as possibilidades dos senhores manterem escravarias numerosas.

Palavras-chave: Atividades Econômicas, Escravidão, Sul do Ceará, Século XIX.

Abstract

This article analyzes the economic activities practiced in the Cariri region of the state of Ceará considering the slave labor used during the latter half of the nineteenth century. From registry documents, the post-mortem inventories, the intent is to have the perception of how the economic activities developed in the southern province of Ceara were organized during that period, as well as the participation of workers in such captive activities. From these sources, one can say that during the nineteenth century, southern Ceará was a place intersected by small and medium-sized properties, ranging on average from one to thirty slaves, quite different from the context seen in the Zona da Mata region of Brazil's Northeast, Recôncavo Baiano in the state of Bahia and the coffee plantations in the Southeast. However, even with a smaller number of slaves, the use of this work force was a constant in the various economic activities undertaken in this region, especially related to sugar cane. On the other hand, alongside sugar cane, livestock was being developed, which also used captive labor. The dependence of this type of worker in the nineteenth century brought serious obstacles to the region's economy, because events like the end of the transatlantic slave trade, which decreased the entry of Africans, as well as interprovincial trafficking withdrew some of the captive work force to the Southeastern coffee production. These events affected the price of slaves and the chances of slave owners keeping numerous slaves.

Keywords: Economic Activity, Slavery, Southern Ceará, Nineteenth Century.

INTRODUÇÃO

Durante a segunda metade do século XIX, as relações sociais brasileiras foram profundamente transformadas em virtude de mudanças ocorridas nos campos políticos, sociais e na forma de ver e entender a nova realidade que estava se constituindo no Brasil. Foi um período de intensa modificação política, sobretudo na forma de governo implantada, a República, que se confirmou pela promulgação de novas práticas constituintes. No plano econômico, teve início à substituição do trabalho escravo pelo assalariado a partir de 1888, ano da abolição no Brasil, fato que redimensionou as relações de trabalho. Também, nesse momento, é percebido o adensamento do processo de modernização do país, englobando, inclusive, as fazendas de café e outras lavouras brasileiras (LIBBY, 1988).

As províncias do Nordeste, no entanto, não participaram desse movimento industrializador, ocorrido no final do século XIX, com a mesma intensidade que o Sul do Brasil. O Ceará, mais especificamente, com um histórico de calamidades de origem climática – as secas e seus efeitos – apresentou poucos desenvolvimentos no que diz respeito a um processo de industrialização técnica e crescimento econômico acelerado. Sua economia, entretanto, baseada na cultura agrícola e criação de animais, permitiu alcançar certa estabilidade em termos econômicos, mantendo um desenvolvimento razoável diante das demais províncias brasileiras (GIRÃO, 2000).

A região do Cariri, localizada no interior do Ceará,¹ foi um dos espaços responsáveis pelos índices de desenvolvimento econômico e social para a Província (GIRÃO, 2000). Historicamente, esta região se apresentou como um espaço economicamente diverso de alguns espaços do território cearense, em virtude das vantagens que o seu meio físico apresentava para a produção agrícola, sobretudo, a partir da segunda metade do século XVIII, quando deu mostras de franco desenvolvimento. Pois, segundo Brígido (2001, p. 40), por volta de 1756 “o cultivo de cana-de-açúcar estava muito adiantado no Cariri e contaram-se 952 fazendas de criar”. Ou seja, a partir deste século, já são delineadas as duas principais atividades econômicas do sul Cearense.

De acordo com os inventários *post-mortem*², no século XIX ainda se percebe tal conjuntura, já havendo uma preponderância no número de engenhos de rapaduras em relação às fazendas de criar. A produção de derivados da cana de açúcar, segundo Brasil (1863, p. 363) era destinada primariamente ao mercado interno, uma vez que das 350 mil arrobas de rapadura produzidas por ano, apenas 40 mil eram destinadas ao mercado externo.

Sobretudo na segunda metade deste período, houve mudanças significativas que influenciaram no desenvolvimento das principais atividades econômicas da região: a lavoura, produção de derivados da cana de açúcar e a pecuária. Em 1850, a promulgação da Lei de Terras veio redimensionar as relações com a terra e sua propriedade ocasionando uma separação mais rígida entre senhores (proprietários) e trabalhadores. A partir desse código, foi legalizada a posse da terra, impedindo apropriações sem contrato de compra e venda.

Concomitantemente, o fim do tráfico transatlântico de escravos e a conseqüente transferência por venda de cativos das Províncias do Norte para o Sul do país provocou uma reorganização nas relações de trabalho que passaram a ter uma participação maior do homem livre e pobre. Inexistindo, no entanto, o fim do trabalho escravo nessa região, posto que o elemento servil continuasse sendo a mão de obra mais requisitada para os serviços, sobretudo os de lavoura e trabalho nos engenhos de cana.

Nada obstante, a outra atividade, a pecuária, e outras lavouras de subsistência, como a farinha de mandioca, também se utilizavam da mão de obra cativa, ainda que em menor escala. De

¹ No século XIX a região do Cariri Cearense foi composta pelas cidades de Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim e Milagres.

² Documentos cartoriais feitos por ocasião de falecimento de um indivíduo para se proceder a partilha dos bens destes com os herdeiros. As posses eram arroladas separadamente como bens de raiz (terras e propriedades), escravos, animais, móveis, jóias e instrumentos de trabalho, bem como os dotes dos herdeiros e dívidas ativas e/ou passivas. Também é descrita no final do inventário a partilha dos bens.

toda maneira, as atividades econômicas se ergueram a partir, e, no caso da cana, principalmente, da utilização desse tipo de trabalhadores. Assim, importa perceber como se constituíram as atividades econômicas mais rentáveis para o Cariri Cearense da segunda metade do século XIX; dito de outra forma, como o delineamento do Cariri estava voltado para a produção de derivados da cana – especialmente a rapadura – atividade praticada nesse espaço entre os séculos XVIII e XIX. E, também, como o comércio de escravos, a partir de suas variações de preços observadas ao longo dos anos influenciou na constituição econômica dessa região.

O artigo conta com cinco seções, incluindo esta introdução. A seguir, será analisada a ocupação e organização econômica da Província cearense, sobretudo a partir dos levantamentos estatísticos realizados em 1860 por Thomaz Pompeu de Souza Brasil. A terceira seção apresenta a economia caririense em relação à Província, o Ceará; demonstrando, sobretudo, como a atividade canavieira se constituiu a mais rentável e próspera de toda a região. A avaliação do trabalho escravo relacionando-o às principais atividades econômicas do Cariri, examinando a participação do trabalho de homens, mulheres e crianças nas lidas, principalmente com a cana de açúcar é o tema da quarta seção. E, por fim, são tecidas as considerações finais.

2. CEARÁ: ATIVIDADES ECONÔMICAS NO SÉCULO XIX

A Zona da Mata Nordestina, área compreendida principalmente entre as Capitânicas de Pernambuco e Bahia, concentrou a produção econômica do açúcar. Tanto que, de acordo com Schwartz (1998, p. 34), “as duas capitânicas eram responsáveis provavelmente por cerca de três quartos de toda a produção brasileira de açúcar”. Desde os primórdios da colonização brasileira, o plantio da cana e o fabrico do açúcar eram vistos como alternativa imediata de valorização da Colônia bem como do aumento de seus cabedais econômicos, na medida em que a exploração aurífera em larga escala estava descartada dos planos portugueses para a terra de Vera Cruz.

Com o crescente interesse pelo açúcar em virtude da rentabilidade concedida à Metrôpole, a lavoura canavieira auferiu maiores espaços de cultivo. A partir do curso de rios e ancoradouros, bem como em áreas de Brejo e pés-de-serra, a cana foi paulatinamente expandindo seus limites e provocando uma realocação de outras atividades, de função complementar, que estavam estabelecidas às margens do canavial. A partir deste afastamento, a pecuária procurou se ambientar ao espaço sertanejo, de exígua preferência do canavial, o que implicou no início da ocupação do sertão nordestino.

A Província do Ceará teve ocupação tardia se comparada às demais áreas do Nordeste brasileiro. Pois, com o desenvolvimento econômico nordestino em virtude dos engenhos de açúcar bem como da pecuária, foi-se percebendo a necessidade de maiores áreas produtivas para a implantação da lavoura canavieira e mesmo como espaço de repasto ao gado que se via progressivamente empurrado ao sertão a fim de acrescentar mais território aos canaviais (FERREIRA SOBRINHO, 2005, p. 21). O número de engenhos de rapadura e açúcar no Ceará do século XIX explica esse processo de expulsão do gado, conforme se observa na Tabela 1.

TABELA 1: ESPAÇO CANAVIEIRO DOS PRINCIPAIS ESPAÇOS BRASILEIROS POR ANO E NÚMERO DE ENGENHOS

Espaço canavieiro	Ano	Número de Engenhos
Minas Gerais	1836	4150
Pernambuco	1844	925
Alagoas	1849	316
Sergipe	1838	445
Bahia	1833	603
Rio de Janeiro	1852	788
São Paulo	1836	901
Ceará	1860	1252

Fonte: Elaborado pelos autores a partir de Godoy (2008, p. 823) e Brasil (1863, p. 360).

Relacionando os dados do Ceará com os principais espaços canavieiros do Brasil entre os anos de 1836 a 1860, percebe-se que no momento de decréscimo dessa atividade, posto que nesse

período o café recebesse maiores incentivos governamentais, os engenhos de cana ainda eram numerosos. O que fez com que o gado perdesse importância e espaço em terrenos férteis. Dessa maneira, o gado abriu caminho pelos sertões a novas vilas, cidades e províncias formadas pelos migrantes que ansiavam pela posse de terras de cultivo e criação.

O gado apresentou certa facilidade na adaptação ao seu novo habitat, o semiárido, posto que se tratava de uma área bastante extensiva e pouco propícia ao trabalho agrícola, oferecendo caminhos para o aumento dos rebanhos. Ademais, este tipo de atividade econômica não exigia grandes investimentos, apenas dispor de pequeno capital para a compra de reses, alguns equipamentos e alguma mão de obra escrava. Sendo ainda possível aos que não dispunham do capital de investimento, o trabalho, como a mão de obra livre, em fazendas de gado já estabelecidas na região (GIRÃO, 1994).

Nesse sentido, a criação figurou por bastante tempo como opção possível à propagação da vida no semiárido, principalmente pela mobilidade que o gado oferecia. Pela necessidade de viagens e mudanças em virtude do clima hostil do Ceará, o gado facilmente favorecia a retirada dos donos de fazendas para outro local. Pois, nas palavras de Cascudo (1965, p. 52), “o gado foi o fixador e também (...) um alargador das áreas geográficas, (...) caçando pontos para as invernadas, os vaqueiros surpreendiam paisagens novas que parecia pedir morada e alpendre de casa-grande fazendeira”.

Aliadas à pecuária, no Ceará, outras atividades foram sendo estabelecidas conforme o território cearense paulatinamente foi conhecido e ocupado; de maneira que atividades agrícolas como o algodão, o café e a cana de açúcar contribuíram também para a formação econômica deste território. Assim, a expansão da lavoura canavieira, o gado e outras atividades, como o algodão, foram conquistando, gradativamente, esta Província no sentido interior/litoral. Pois, contrariamente ao que uma historiografia filiada ao Instituto do Ceará apregou a respeito da colonização cearense ter sido efetivada por ciclos sucessivos do couro e algodão, essas economias, juntamente com a lavoura canavieira, estiveram fortemente ligadas.

A produção de algodão no Ceará foi apresentada como alternativa no momento das guerras de independência dos Estados Unidos em 1776, mas “o gado e a produção de subsistência predominavam na ocupação da terra até o início do século XIX” (NEVES, 2002, p. 76). A fase de maior desenvolvimento da lavoura algodoeira ocorreu nos primeiros cinco anos da década de 1860 em virtude da Guerra de Secessão, entre o norte e sul dos EUA. A partir deste momento o algodão passou a integrar permanentemente o quadro das atividades econômicas efetuadas no Ceará.

Dentre as outras atividades em prática nos oitocentos tem evidência o plantio do café, em maior escala na serra de Baturité e Serra Grande e uma produção um pouco menor no Cariri; ou seja, em localidades consideradas como ‘zonas de refrigério’. Todavia, o Cariri despontou na pauta de desenvolvimento da província não pela produção de café, mas pela lavoura canavieira aliada a outros fatores como clima e geografia privilegiados das quais esta região dispunha.

3. CARIRI CEARENSE: ENGENHOS E CRIAÇÃO DE GADO

A região do Cariri, localizada no Sul do Ceará, situa-se geograficamente em um espaço entendido como sertão. Há que se ressaltar que quase todo o território cearense está situado no que se costumou denominar de ‘polígono das secas’, uma região de semiárido com vegetação da caatinga, um tipo de planta própria para suportar longos períodos de estiagem.³ Entretanto, as regiões marginais do semiárido apresentavam uma configuração um pouco diferente das demais, terra úmida e abundante. Sendo o Cariri uma região periférica ao semiárido, tende a ostentar tais características. Esse foi um dos motivos para o adensamento populacional desta parte do território.

A partir da sua ocupação e exploração, as potencialidades que o espaço caririense poderia proporcionar foram sendo percebidas. Esta região, em virtude de estar situada no sopé da Chapada

³ De acordo com José Borzacchiello da Silva em *O Algodão na Organização Social do Espaço*, o Ceará tem 93% de seu território contido no polígono da seca. (BORZACCHIELLO, 1994, p. 81-92).

do Araripe, apresentava um solo bastante fértil e favorável à plantação da cana de açúcar e grandes espaços para a implantação de fazendas de criar gado, de maneira que o Cariri foi se constituindo como uma das mais rentáveis regiões para a Província do Ceará no século XIX.

O acelerado crescimento das cidades que compunham este espaço, por sua vez, era sintomático deste potencial, pois ao longo do século oitocentista este território foi sendo redefinido. Vilas se tornaram povoações e estas passaram a ser consideradas como cidades, de maneira a entrecortar o Cariri em diversas localidades. Se até o início da centúria esta região era composta apenas pela Vila de Crato, com seus inúmeros ‘sitios’ aos arredores, e Jardim, em 1870 já se percebe uma região bastante diferente, em que se têm as cidades de Crato e Jardim, somadas a Vila de Barbalha e Missão Velha, em anexo.

Estas cidades e vilas cultivavam gêneros alimentícios, como é o caso do Crato que no relatório do viajante inglês George Gardner tinha como principais culturas a

“Cana-de-açúcar, mandioca, o arroz e o fumo. Na cidade e seus arredores cultivavam-se as frutas tropicais comuns, como a laranja, a lima, o limão, a banana, a manga, o mamão, a jaca, a fruta-pão e o caju; também são comuns as uvas, abacaxis, melões e melancias” (GARDNER, 1975, p. 95).

Entretanto, embora a lavoura de subsistência fosse bastante presente nessa região, a cultura da cana de açúcar era a responsável por grande parte dessa rentabilidade. Pois, como afirma Thomas Pompeu de Souza Brasil no *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*,

“No Cariri (Crato e Jardim) onde existem trezentos engenhos de madeira e ferro quase toda a cultura de canna reduz-se ao fabrico de rapadura, melaço e aguardente, sendo que de 1857 para cá é que se começou a fazer assucar e já em 1858 exportaram-se 10.000 arrobas. O Cariri e Serra-Grande exportam imensas quantidades de rapadura, melaço e aguardente para as províncias vizinhas do Piauí, Pernambuco, Parayba e Bahia” (BRASIL, 1863, p. 360).

Ao longo do século XIX, o que se percebe, é uma economia dual voltada à cultura de gêneros alimentícios e à criação de animais. Estas, aliás, eram atividades presentes em todo o Ceará, conforme foi percebido por Raja Gabaglia (2006, 12) durante sua viagem de conhecimento e estudo acerca dessa Província em 1859. Assim, registrou que,

“Três são as fontes de produção e riqueza para seus habitantes:

1º Gado vacum, ovelhum e cavalari.

2º Produtos de culturas, tais como algodão, café, açúcar, goma elástica, farinha, milho, madeira etc.

3º Alguns produtos manufaturados, como couros curtidos, couramas, trabalhos de tecidos, doces, vinhos de frutas, sal e miudezas de pouca significação.

Ora, o último grupo de produção, sendo atualmente insignificante em presença de outros grupos, posso dizer que só os gados e os produtos agrícolas representam as duas fontes essenciais da riqueza geral da Província.”

A criação aparece como a principal atividade praticada no Ceará, uma vez que o gado desde os primórdios da colonização apresentou certa facilidade na adaptação ao habitat cearense, o semiárido, dado que se tratava de uma área bastante extensiva, pouco propícia ao trabalho agrícola e que oferecia caminhos para o aumento dos rebanhos. Além disso, esse tipo de atividade econômica não exigia grandes investimentos, apenas dispor de pequeno capital para a compra de reses, poucos equipamentos e alguma mão de obra, escrava ou livre.

Nesse sentido, a criação foi entendida por bastante tempo como alternativa possível à propagação da vida no sertão, principalmente em virtude da mobilidade que o gado oferecia para os locais de venda. E, por outro lado, pela necessidade de viagens e mudanças em consequência de

épocas em que o clima do Ceará se tornava hostil, o gado facilmente favorecia a retirada dos donos de fazendas para outro local.

Raja Gabaglia (2006) tinha uma percepção acertada quanto ao Ceará, todavia, a realidade da área meridional desta Província não apresentava a criação do gado “vacum, ovelhum ou cavalair” como a ‘fonte de produção’ mais rentável. Região de aspectos físicos bastante diferenciados em relação aos sertões vizinhos, tinha a atividade agrícola, especificamente a lavoura canavieira, como sua principal economia. Mesmo havendo notícias de engenhocas para refino da rapadura em 1725, foi a partir da década de 1850 que foram introduzidos melhoramentos sobre esta atividade econômica. De acordo com Figueiredo Filho (1966, p. 125),

“A esses pitorescos engenhos, que enchem de barulho o ambiente em um raio de muitos metros, construídos por carpinteiros locais, sucederam no Cariri, os de FERRO puxados também por bois que se movimentam sob o estímulo da vara de ferrão que o tangedor empunha sentado na almanjarra”.

Contudo, implementos mais modernos eram feitos, em maior medida, pelos senhores que detinham melhores condições financeiras. As primeiras máquinas de ferro foram trazidas ao Crato para os sítios Bebida Nova, pelo Pernambucano Antonio Ferreira de Melo; no sítio Lameiro (pertencente a cidade do Crato) pelo Capitão Francisco Leão da Franca Alencar e seu sogro José do Monte Furtado; em Barbalha para o sítio Tupinambá por Antonio Manoel Sampaio e em Cajazeiras do Farias pelo Coronel Joaquim da Costa Araújo (FIGUEIREDO FILHO, 1966, p. 125)

Os pequenos proprietários, que não dispunham de maquinário mais moderno, utilizavam-se dos seus antigos engenhos ou pagavam certa quantia a estes senhores e moíam as canas em suas máquinas. Essa, inclusive, era uma prática bastante difundida no Cariri; são comuns inventários que arrolam partidos de canas sem a existência de engenhos dentre as posses do senhor. De toda maneira, era inviável que todo agricultor possuísse um engenho: sendo um maquinário caro, tornava-se praticamente impossível ao pequeno proprietário tirar de seus rendimentos o capital para investir em tão dispendiosa posse. Ainda mais porque o Cariri se encontrava bastante dividido territorialmente, com uma quantidade expressiva de propriedades de pequeno porte.

A divisão do território, pautada inicialmente na doação de sesmarias e depois na compra de terras, se mostrou mais acentuada a partir dos parcelamentos por heranças e partilhas entre herdeiros, de forma que em 1850, conforme anunciava o fascículo de número 24 do Jornal O Araripe, “estava o Cariri dividido em milhares de pequenas posses”. Essas propriedades menores, percebidas em toda a região, eram denominadas de *sítios*. Em virtude de possuírem produções bastante diversificadas, para consumo familiar e venda no mercado interno ou externo, a existência dos sítios na região permitia a sobrevivência do pequeno proprietário, além do que não implicava numa grande disparidade na divisão social do trabalho.

Em grande parte desses sítios, sobretudo os que possuíam áreas mais úmidas e férteis, prevalecia o cultivo da cana de açúcar; muito embora estas propriedades não se caracterizassem como as que pertenciam ao Nordeste monocultor do açúcar, mas pela produção diversificada com produtos em sua maioria de consumo interno, entre eles, e em maior medida, os derivados da cana (FEIJÓ DE SÁ, 2007, p. 38).

A farinha de mandioca, item importante para a alimentação da população sertaneja, era o segundo produto mais produzido na região. Na área que compreende a serra do Araripe, tanto do lado cearense quanto do pernambucano, encontrava-se a maior concentração de covas de mandioca bem como os aviamentos próprios para fazer a farinha. Nas grandes propriedades era comum haver ao lado do engenho uma casa com todos os equipamentos para a desmancha; ou seja, redução da mandioca à farinha. Segundo o Senador Pompeu, “depois da farinha, o feijão, o milho e o arroz constituem o alimento geral do povo e forragem dos animais domésticos” (BRASIL, 1863, p. 370).

Ao lado das plantações de cana de açúcar e de outros gêneros agrícolas para consumo e mercado local, aventuraram-se alguns senhores em outros cultivos, como o café e o algodão. Os cafezais, contudo, tiveram pouca evidência para as lavouras dos senhores, posto que o café nunca

chegou a determinar nem 10% da receita das cidades do Cariri, além de nos anúncios de vendas de propriedades ser anunciada como uma lavoura adjacente.

Este cultivo, portanto, esteve relegado a uma produção suplementar à cultura canavieira, voltada essencialmente para o consumo interno. Somente entre os anos de 1850 e 1860 é que essa cultura foi mais explorada, porém com fortes oscilações na produção para exportação (BRASIL, 1863, p. 357). A lavoura do algodão, entretanto, teve maior importância para os senhores do Cariri, sobretudo na década de 1860. “De um ano para outro”, segundo Figueiredo Filho (1966, p.117),

“a província cobriu-se de algodoads; derrubavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho noutra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto”.

Essa vertiginosa ampliação do plantio do algodão se devia, em grande medida, a Guerra da Secessão ocorrida entre o Norte e o Sul dos Estados Unidos, quando este país, em virtude do estado de guerra civil, deixou de fornecer o produto para o mercado europeu. Durante o período de 1860 – 1865 ocorreu um surto algodoeiro no Cariri Cearense, pois tão logo os Estados Unidos se recuperaram do estado de secessão voltaram a exportar essa matéria-prima para os antigos mercados.

A despeito de todo o domínio da produção agrícola, a criação não deixava de fazer parte das atividades econômicas praticadas na região. Uma vez que os seus espaços sertanejos ofereciam maiores condições à criação do gado, as cidades de Jardim e Milagres, que apresentavam extensões de sertão significativas, eram mais favoráveis a esta atividade. Em Jardim, segundo os dados colhidos pelo Senador Pompeu para a elaboração de seu *Ensaio Estatístico para a Província do Ceará*, em 1858 foram contadas de noventa a cem fazendas de criar na área pertencente a este município (BRASIL, 1863, p. 129). A maior concentração, entretanto, estava em Milagres “onde mais se cria gado em todo o valle do Cariry, e existem os mais ricos proprietários” (BRASIL, 1863, p. 129). Neste município, em 1853 foram contadas 150 fazendas de criar, com currais de gado vacum e cavalari.

Estes municípios também apresentavam um solo com fertilidade propícia a lavouras de cana de açúcar e alimentos de consumo imediato, ainda que incipiente em relação às outras cidades do sul do Ceará. Em Jardim, a fabricação de açúcar, rapadura e aguardente era garantida por cerca de setenta engenhos. Em contrapartida, Crato, Barbalha e Missão Velha, também dispunham de fazendas de gado, contudo, e como era de se prever, em menor quantidade, nelas prevalecia à indústria agrícola.

Os terrenos de Crato, Barbalha e Missão Velha, por estarem circundados pela Chapada do Araripe, eram considerados de grande fertilidade para qualquer gênero de cultura, entretanto, era a lavoura da cana de açúcar a mais praticada nesta região (BRASIL, 1863, p. 108). De modo que estas três cidades, na segunda metade do século XIX, estiveram respaldadas em maior medida nas rendas que as produções de rapadura e aguardente garantiam tanto no que diz respeito à exportação, quanto ao mercado interno. Em Crato e Missão Velha também eram presenciadas as mesmas condições de plantio, no entanto as fazendas de criar existiam em quantidade considerável.

A vila de Barbalha, por sua vez, tinha produção quase que totalmente voltada à cultura de gêneros alimentícios. Embora sendo uma das menores vilas da Província, nela eram contados 36 engenhos de ferro, 31 de madeira e 28 alambiques montados próximos a treze nascentes que banhavam os sítios. Dessa forma, garantia-se uma significativa produção agrícola, em que constavam produtos para comércio e consumo imediato, como rapadura, aguardente, açúcar branco, café, tabaco, borracha de mangabeira; além de arroz, milho e feijão (STUDART, 1892, p. 12). O terreno de Barbalha era, então, basicamente voltado para a agricultura, o que explica apenas 11 fazendas de criar em seu território.

O comércio de cidades como Crato e Barbalha era bastante vantajoso para os cofres municipais. Toda a plantação era vendida em feiras que movimentavam pessoas de todo o vale e

seus arredores, formando, assim, um grande espaço comercial com uma considerável variedade de produtos a serem negociados. Segundo Figueiredo Filho (1866), historiador local, esta região na segunda metade do século XIX se destacava economicamente pela comercialização dos produtos locais.⁴

Por outro lado, a interação do Cariri com as províncias vizinhas influenciava diretamente o comércio da região na medida em que, na segunda metade do século XIX, as fronteiras não se configuraram como limites para o comércio. Pelo contrário, senhores das Províncias de Pernambuco e Piauí estabeleceram fortes vínculos comerciais com o sul cearense. A feira era uma “exposição dos productos locais e dos municípios circunvizinhos e Estados limitrophes, Piauhy, Pernambuco e Parahyba” (BRASIL, 1863, p. 161). Por ela era perceptível como o Cariri mantinha relações comerciais com as províncias mais próximas territorialmente, em vista do que sua capital estava a cerca de seis léguas de distância e os transportes se resumiam a lombos de animais que formavam comboios a percorrerem estradas de poeiras (BRASIL, 1863, p. 148).

De toda a produção do Cariri, sobressaíam rapadura, açúcar e aguardente, conforme se observa na Tabela 2 da produção agrícola da Província em 1860, elaborado por freguesias, e apresentado por Brasil (1863). Note que, a região do Cariri produziu, no ano de 1860, um total de 240.000 arrobas de rapadura e 82.000 canadas de aguardente. Apenas o município de Milagres não aparece na relação pela falta de seu respectivo mapa agrícola, todavia, como era grande criador de gados, a produção agrícola desta vila não devia implicar em aumento significativo na cotação dos derivados da cana desta região.⁵

No tocante a produção de aguardente, observa-se que 30,8% do que foi exportado pela Província derivava desta região, ficando o restante a cargo das cidades próximas à capital. Contudo, o domínio da produção de rapadura era indiscutivelmente do sul cearense que detinha 38,5% das lavouras de canas da Província e um total de 438 engenhos, o que significava 34,9% de todos os engenhos do Ceará, em 1860. Essa era a maior razão do Cariri ser responsável por 84,5% do fabrico de rapadura na Província, que, inclusive, suplantava a capital Fortaleza com suas cidades arredores. A capital somente dominava a fabricação de açúcar e, mesmo assim, em quantidade insuficiente em relação à confecção caririense dos outros derivados.

Toda essa produção econômica do sul cearense, nos oitocentos, provinha de áreas de cultivo dessa região, já bastante habitadas. Era difícil a aquisição de grandes lotes de terra para a lavoura, visto que as heranças e vendas dividiram o território da região em centenas de pequenos pedaços de terra, onde era plantada a cana e outros gêneros alimentícios de consumo imediato, além de criar gados.

O Cariri, nesse sentido, foi se tornando uma região bastante visitada e assumindo uma posição comercial, pois mantinha relações mercantis não apenas com outras cidades e vilas desta Província, mas seu território era fronteiro às Províncias de “Piauhy, Pernambuco, Parayba e Bahia”, conforme a afirmação de Brasil (1863). Isso fazia do Sul do Ceará um espaço em que mercadorias eram negociadas não apenas para o consumo interno, mas eram enviadas aos territórios vizinhos extinguindo, de certa forma, as fronteiras entre as províncias. Estabelecendo, assim, laços que não possuíam somente caráter fraterno, mas eram, em grande medida, comerciais.⁶

TABELA 2 - AGRICULTURA DA PROVÍNCIA DO CEARÁ - 1860

⁴ Além do comércio existente entre estas localidades pertencentes ao vale caririense, havia um comércio que rompia os limites provinciais do Ceará e abria espaço às províncias vizinhas de Pernambuco e Piauí. O contato com estas divisões administrativas era bastante viável em virtude da proximidade que a Serra do Araripe oferecia, na medida em que sua extensão traspassava os limites do território Cearense e alcançava pelo lado do Cariri os vizinhos centros comerciais.

⁵ Além desta, não foram relacionadas às freguesias de Pereiro, Telha, Salgueiro, Arneiroz, Russas, Santa Quitéria, Quixeramobim, Santa Cruz, Granja, Viçosa, Sobral e Icó.

⁶ Também confirma estes dados Silva (2002, p. 74) ao indicar que “Crato, incluindo Jardim, centralizava as atividades canavieiras da zona do Cariri. No decorrer da primeira metade do século XIX, veio se desvinculando da influência comercial de Icó e Aracati, transacionando mais com o Recife. A produção de açúcar e rapadura produzida ali abastecia toda aquela região, espalhando-se até o Piauí”.

Freguesias	Estabelecimentos de Canna	Engenhos	Quantidade de Assucar Arrobas	Quantidade de Rapaduras Arrobas	Aguardente Canadas
Fortalesa	126	82	60,000	?	?
Maranguape	47	47	63,200	?	54,600
Aquiraz	104	104	25,000	6,250	10,000
Cascavel	106	87	30,000	6,000	?
Aracaty	16	16	?	?	50,000
Baturité	92	92	38,000	20,000	50,000
Canindé	02	02	?	100	?
Imperatriz	85	80	8,000	3,200	13,000
Ipú	183	93	?	2,800	6,500
Acaracu	24	20	?	6,660	?
Sanct' Anna	50	50	?	1,300	500
Maria Pereira	40	40	?	3,800	?
Tauha	12	12	?	1,200	?
Assare	38	18	?	?	?
São Matheus	05	05	?	?	?
Caxoeira	22	22	?	?	?
Lavras	44	44	?	7,500	?
Missa Velha	48	48	?	40,000	7,000
Crato	180	180	?	100,000	30,000
Jardim	142	140	800	60,000	25,000
Barbalha	70	70	?	40,000	20,000
Somma	1446	1,252	225.000	292,810	266.600

Fonte: Ensaio Estatístico da Província do Ceará, Tomo I, p. 362.

Nesse sentido, interessava a províncias, como Pernambuco, o estabelecimento de laços mercantis com o Cariri cearense, pois eram perceptíveis as probabilidades de ampliação da lavoura canavieira como também por esta região ser ponto de comunicação e passagem, que fazia com que o comércio fosse estimulado.⁷

Entretanto, esta não era uma visão apenas dos governos provinciais, o Cariri cearense também era percebido pelo homem livre pobre. Uma leva de trabalhadores livres, então, seguiu em direção a uma zona que não era densamente afetada pela seca, além de ser próspera de possibilidades de serviço, ou mesmo em busca de um pequeno pedaço de terra para assim ter uma vida menos sofrida. De forma que o Cariri não teria carência de mão de obra, seja ela cativa ou livre, para o desenvolvimento de atividades econômicas como a produção de gêneros alimentícios, sobretudo a rapadura, e pastoril.

Estes trabalhadores se compunham de migrantes, por vezes unidades familiares, destituídos de propriedades e com condição social livre, apenas com certa destreza no trabalho com a terra e com o gado. Tais viajantes fincaram raízes nas terras caririenses e compuseram boa parte da força de trabalho agrícola. Pois, conforme afirma Porto Alegre (1990, p. 12), “a absorção de mão-de-obra livre foi facilitada pelo cultivo conjugado de alimentos no interior da própria unidade produtiva, garantindo, assim, o sustento e reprodução da força e trabalho”.

Esta situação pode ser observada logo no início do século XIX a partir do censo realizado no ano de 1813. O Cariri, composto pelas vilas de Campo Maior, Crato e Jardim, já apresentava uma quantidade considerável de homens livres em relação aos escravos. São 34.218 indivíduos entre brancos, pretos e mulatos, em detrimento de 3.003 cativos pretos e mulatos (SILVA, 2002, p. 76, 77 e 201). No decorrer deste século esta região experimentou um adensamento populacional, pois na análise dos dados referentes às áreas produtivas do Ceará nos anos de 1860 e 1872 as cifras mostram um acréscimo. Em 1860, por exemplo, 50.514 indivíduos equivaliam a 94,25% da população livre; e no ano de 1872 foram contabilizadas 62.606 almas livres, uma porcentagem de 96,88%; enquanto que os escravos eram, respectivamente, 3.078 e 2.010 (SILVA, 2002, p. 112).

⁷ Ajudava o fato de que até o século XVIII, o Ceará era forçado a manter comércio direto com Pernambuco, pois aquela província não dispunha de contato com o governo de Lisboa, uma vez que até 1799 sua comunicação com a Corte se dava por meio desta.

O trabalho livre e sem maiores remunerações foi, então, alternativa considerável nas fazendas de gado e mesmo nas lavouras caririenses, na medida em que substituiu em grande parte a mão de obra escrava. Porto Alegre (1990, p. 29) indica que a base de trabalhadores livres no Ceará se dava em maior medida por ser a “escravidão precocemente minoritária, pela própria pobreza do meio”.

De fato, a utilização do trabalhador cativo no Ceará foi bem menor em relação às outras províncias brasileiras. De acordo com Artur Ramos (1943) em *Introdução à Antropologia Brasileira*, o número de escravos na província Cearense em 1819 equivalia a 55.439, apenas 27,6% da população; somente tendo mais escravos que Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba e Paraná (NASCIMENTO, 1994, p. 172). Esta pequena quantidade de cativos se tornava mais evidente em virtude de ser o Ceará a quinta província de maior densidade demográfica do Brasil, depois de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Nesse sentido, em comparação com as demais províncias, o Ceará detinha um quadro menor de cativos.

Contudo, esta cifra, um quarto de escravos, não dirime a importância que apresentou o trabalho escravo, sobretudo nas áreas de produção agrícola no Ceará. De acordo com Pascoal (2007, p. 273), “os centros mais dinâmicos das atividades produtivas estavam ligados a áreas com alto ou médio nível de ligação com o comércio”. A cultura da cana-de-açúcar no Cariri Cearense foi a atividade que mais requisitou o elemento servil, parte em virtude de uma recusa dos trabalhadores livres em exercerem atividades intensivas em esforço, pois, para a época, era trabalho de escravos; e, em parte, porque a escravidão ligava, inexoravelmente, o cativo ao senhor e as atividades econômicas que desenvolvia.

Essa relação entre a principal produção de um espaço e o trabalho escravo, conforme Pascoal (2007, p. 273), refletia numa dinamicidade maior do comércio dessa região, pois, se

“se traçar um corte social, em que estejam relacionados conceitos como posse de escravos e condição socioeconômica dos proprietários, verifica-se uma grande concentração da posse nas mãos de pessoas com forte ligação com a comercialização de seus produtos”.

No que se refere ao Cariri, o braço escravo – primeiro a escravidão do indígena, pertencente à tribo dos Cariris, encontrada nesta região pelos colonizadores, depois a escravidão africana, trazida com o intuito de encontrar riquezas – esteve bastante vinculado ao trabalho nas lavouras de cana de açúcar e na agricultura voltada à subsistência. De acordo com Figueiredo Filho (1966, p. 33), os nativos desta região renderam ao colonizador trabalhos de agricultura, com a plantação do algodão e da mandioca que eles fiavam e faziam farinha, respectivamente; todavia, a inserção dos escravos africanos tinha objetivos mais lucrativos.

4. A UTILIZAÇÃO DO TRABALHADOR ESCRAVIZADO

O cativo negro foi introduzido neste território com o fim de que fossem exploradas as minas auríferas que se acreditava haver na região. Como a Mina de São José dos Cariris não se transformou em realidade, os escravos trazidos foram paulatinamente sendo alocados em outras atividades econômicas desenvolvidas no território caririrense. De forma que o trabalho cativo passou a ser um investimento rentável para os donos das *novas* terras.

Tanto no meio urbano quanto no rural era aplicada a força de trabalho cativa. A escravaria pertencente a senhores do Cariri se espalhou por todo o território da região, contudo a zona rural detinha a maior parte desta mão de obra. No livro de registros de batismos da Matriz da Comarca desta região, na cidade de Crato, foram contabilizados, em média, 66,9% de registros constando moradia rural, os chamados sítios, para 21% em zona urbana e 12,1% que não consta lugar mais específico de morada.⁸ Tal cifra se deve em grande parte a tradição agrícola, segundo Figueiredo

⁸ Cúria Diocesana do Crato. Departamento Histórico Diocesano Padre Gomes. Livro de Registro de Escravos, Ano 1870 – 1883. No livro constam 339 assentos batismais, dos quais baseamos estas informações.

Filho (1866), nitidamente arraigada em toda zona do Cariri. Ainda em concordância com o autor, a agricultura e a criação, também existente na região, disputavam as terras caririenses. O algodão e outras culturas de plantio juntamente com a feira do Crato deram aparência maior ao Cariri.⁹

Na análise dos inventários *post-mortem* é possível perceber com bastante clareza a utilidade do trabalho escravo para a região do Cariri.¹⁰ Foram avaliados 115 arrolamentos inventariais, dos quais 21 não empregavam a força de trabalho escrava. Das 94 propriedades restantes, 63 arrolaram entre um e cinco cativos. Tendo 32,98% das demais propriedades entre seis e trinta cativos listados, conforme se percebe na Tabela 3.

TABELA 3 – DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DAS PROPRIEDADES RURAIS E DE ESCRAVOS NO CARIRI, POR QUANTIDADE DE CATIVOS, 1850-1884.

Quantidade de Escravos	% das Propriedades	% de Escravos
Até 5 escravos	67,02	31,49
Entre 6 e 10	22,34	33,71
Entre 11 e 15	6,38	15,42
Entre 16 e 20	2,13	7,93
Entre 21 e 30	2,13	11,45
Total	100%	100%

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações dos Inventários *post-mortem*, Cariri 1850 – 1844.

Com relação à utilização desta força de trabalho, nos documentos analisados são perceptíveis a criação do gado (seja ele vacum, cavalari ou caprino) e a produção de alimentos, fundamentalmente baseada na lavoura canavieira. Das propriedades arroladas nestes documentos, são classificados 38 proprietários que se dedicavam unicamente à criação de animais semoventes que tanto serviam como atividade subsidiária ao fabrico da cana, os bois manços para girar a moenda, e mesmo como alimento aos senhores e trabalhadores, havendo ainda a possibilidade da venda do gado para o mercado externo. Estes plantéis não chegavam a exceder o número de dez escravos, tendo cada propriedade, em média, cinco cativos que poderiam assumir a função de vaqueiro, não estando esta modalidade apenas restrita ao trabalhador livre, ou ser utilizado em serviços domésticos.

Havia ainda a possibilidade dos escravos terem sido utilizados na lavoura destinada ao consumo familiar de seus proprietários ou para abastecimento interno, através da venda para as demais localidades da região caririense. Uma vez que, nos inventários, são anunciadas terras de criar e lavradas e, ainda, cafezais, covas de mandioca e plantações de fumo. A estas culturas, em maior medida, e ao aluguel de escravos competem as atividades percebidas em 33 dos inventários avaliados.

Todavia, onde se percebe a maior concentração de cativos é nas propriedades que possuíam engenhos e lavoura canavieira. São 23 os inventários em que são arrolados engenhos com todos os acessórios necessários ao fabrico da rapadura, além da especificação em 17 deles, da quantidade de tarefas de canas plantadas. Alguns destes documentos ainda possuem alambiques para a produção de aguardente, derivado da cana. Em tais, a posse de escravos pode chegar a trinta cativos, como se percebe no inventário do Major Felipe Telles de Mendonça, que para seu ‘montante-mor’ foram arrolados 36:111\$440, dos quais 11:320\$000 era em escravos.

Dessa maneira, o investimento neste tipo de mercadoria se mostrava altamente rentável, uma vez que o cativo valia pelo que produzia e também como produto, sobretudo em fins da escravidão no Brasil. A partir do ano de 1850, a cotação do preço do elemento servil nos inventários *post-mortem* de proprietários na região do Cariri aumentou consideravelmente. No transcorrer desta década, o preço do escravo, especialmente do gênero masculino, dobrou. Se no início dos anos 1850

⁹ Ainda segundo Figueiredo Filho, o Crato no século XIX tivera grande aparência na Província do Ceará, sobretudo por ter intensa participação nos movimentos políticos, como a Insurreição Pernambucana em 1817 e a Confederação do Equador em 1824, e se apresentar como uma cidade (a partir de 1853, antes era Comarca) sumamente intelectual no fim do século XIX e início do XX.

¹⁰ Nesta pesquisa foram avaliados os documentos desde o início do século XIX até a década de 1880.

um cativo era vendido por 400\$000, em fins ele estava cotado em 800\$000. Não sofrendo maiores variações em 1870. Para as escravas a maior variação ocorre no mesmo período. No caso delas seu aumento corresponde a mais de 100%, uma cativa que equivalia em média o valor de 300\$000 passou a custar à quantia de 700\$000 no final do referido tempo. Contudo, na década de 1870 seu valor sofre um decréscimo de 100\$000.¹¹

São diversos os fatores que podem ter provocado esta situação, o fim do tráfico atlântico em 1850, tendo, conseqüentemente a intensificação do comércio interprovincial de cativos, como também a necessidade da venda destes a fim de obter recursos em virtude das estiagens que assolavam a Província do Ceará – em particular a seca de 1877 a 1879. Pois, segundo Ferreira Sobrinho (2005, p. 58), “os impostos arrecadados com o rendoso comércio tornaram possíveis grandes rendimentos aos cofres da Província. Em momentos de grandes dificuldades, nas secas, praticamente eram as principais fontes de renda”, chegando por diversas vezes a ser a maior riqueza de muitos proprietários da região.

É o caso do inventário do falecido Manoel Alves Feitosa. Seu total em escravos é quase superior à soma dos valores dos seus outros bens como, por exemplo, se tem: 3: 729\$000 de terras para 4: 160\$000 em escravos. Perder a propriedade cativa significava subtrair a força econômica dos senhores.¹² Pinheiro (2009, p. 124) em sua pesquisa com os inventários de senhores do Cariri na década de 1850, afirma que: “as únicas mercadorias caras eram os escravos. Daí o encarniçamento com que eram caçados os que se evadiam das casas dos senhores”.

A aquisição do escravo, dessa forma, não poderia ser apenas pelo status de possuir mercadoria tão cara. Mesmo em inventários como o do senhor Cassimiro José Pessoa, em que é citada uma escrava com três filhos, e apenas ela, Quitéria, em idade de serviço, 23 anos, não significava que era um elemento de ostentação, mas a cativa foi arrolada como ‘capaz de qualquer serviço’, em especial o de lavar roupa.¹³

No Cariri, outras atividades também contaram com a presença cativa, embora a esta presença estivesse vinculada em maior medida ao trabalho nos engenhos e na lavoura canavieira. Conforme a análise de Funes (2002, p. 110) para o Ceará, “o cativo foi incorporado ao setor produtivo estando presente na pecuária, na agricultura, estando presente em serviços especializados, nos serviços domésticos, ou ainda como escravos de aluguel e de ganho”.

O aluguel de escravos se mostra bastante possível à realidade econômica do Cariri. Mencionado no anúncio de matrícula dos escravos, conforme se pode observar: “(...) Todos os Senhores e possuidores dos referidos escravos; assim como quem os tiver de pessoa de fora, empregados no seo serviço ordinario por aluguel, imprestimo uso fructo, ou outro titulo, são obrigados a darem a matricula os mesmos escravos (...)” e de acordo com os inventários, se mostrava uma negociação provável entre os senhores. Um exemplo é o arrolamento elaborado por morte de Dona Anna Silveira da Conceição, pois esta senhora possuía apenas cinco escravos e duas casas na cidade de Crato.¹⁴ As possibilidades de aluguel destes escravos eram consideráveis, já que sua declaração não apresenta nenhum indício de atividade em que poderiam estar ligados dentro da propriedade de sua senhora.

Por outro lado, também são encontrados senhores com gado *vacum*, uma tarefa de cana plantada e a posse de engenho com todos os acessórios sem a enumeração de escravos dentre os bens, como é o caso do inventário da falecida Joaquina Maria do Espírito Santo. Por certo esta senhora procurou mão de obra, a fim de plantar e colher a cana, bem como para o seu trabalho no

¹¹ Média elaborada a partir dos inventários *post-mortem* nas décadas de 1850, 1860 e 1870.

¹² Ainda em outros inventários, confirma-se o valor do escravo para a economia dos senhores. Inventários do Fórum Des. Hermes Parahyba da cidade do Crato, 1800 a 1860.

¹³ Inventários do Fórum Des. Hermes Parahyba da cidade do Crato, 1800 a 1860. A partir daqui utiliza-se a sigla AFC para designar o arquivo pertencente ao Fórum. AFC, Inventário de Cassimiro José Pessoa, Caixa 17, Pasta s/n, Ano 1875.

¹⁴ AFC, Inventário de Dona Anna Silveira da Conceição, Caixa 16, Pasta 545, Ano 1873.

engenho, seja ela do cativo ou do pobre livre.¹⁵ No caso dos escravos, sua falta seria suprida através do aluguel.

Os escravos pertencentes à região Sul cearense estavam aptos a todos os tipos de serviços; nas listas de matrícula, anexas a estes documentos a partir da lei 2040, à maioria dos escravos não é apresentada uma profissão, mas a possibilidade de realizarem diversas funções (FUNES, 2002, p. 112).

Para a lida dos escravos, parecia não haver distinção entre homens, mulheres e mesmo crianças, pois Lourenço de oito anos está apto ao trabalho na agricultura e a menina Rosaria de sete anos de idade, por estar “quasi cega”, como atesta a matrícula, ainda tem alguma, ainda que ‘pouca’, utilidade. De acordo com os inventários do Cariri, as crianças a partir dos sete anos de idade eram vistas como aptas a serviços leves. Assim era percebida a capacidade de serviço os meninos Pedro, Miguel e Benedicto de dez, oito e sete anos, respectivamente, escravinhos do senhor Antonio Telles de Mendonça.¹⁶ Para Mattoso (2003, p. 129), essa era a idade em que a criança escrava começava a tomar conhecimento do *seu mundo*: cessavam as brincadeiras e iniciava a vida de obrigações, ainda que sem a intensidade do trabalho dos mais velhos.

Quanto às mulheres escravas elas poderiam ser “costureiras, rendeiras, fiandeiras, mas também prestavam-se aos serviços domésticos ou vice-versa e por certo em época de colheita, em especial do algodão, iam para a lavoura” (FUNES, 2002, p. 113). No caso da senhora Anna Francisca de Andrade, as cativas Julianna e Jeronima exerciam trabalhos domésticos e de ganho especificamente, mas podiam desempenhar outras funções, posto que eram capazes de todos os serviços.

Os homens escravos também estavam destinados a todas as atividades, sobretudo nas lavouras e com o gado. Contudo, há caso de escravo que era especialista em determinado trabalho. Era o caso de José, único escravo arrolado nos inventários analisados que era reconhecido como “Mestre de faser Rapadura”.¹⁷ E também nos serviços domésticos, era o que ocorria a Estevão que tinha a profissão de cozinheiro.¹⁸ Era na cidade, que se encontrava “uma mão de obra mais especializada como pedreiros, marceneiros, alfaiates, sapateiros entre outros” (FUNES, 2002, 115). Todos posses de um patrão, os escravos eram mercadorias de alto preço que, certamente, os senhores queriam fazê-los lucrativos a fim de recuperar seu investimento.

4.1. ESCRAVOS DE MUITOS MIL RÉIS

Na sociedade escravocrata, o cativo era visto como mão-de-obra bastante adequada para diversas atividades econômicas desenvolvidas pelos senhores. De acordo com Schwartz (1998, p. 342), os senhores de engenho consideravam “os escravos os bens mais preciosos e arriscados do Brasil”. Mais ainda, o cativo tinha duplo valor para os seus proprietários, pois sua produção podia ser comercializada e, em tempos de escassez, o cativo podia ser o produto a ser vendido. De modo que, ter escravos era, e não podia deixar de ser, uma das mais valorizadas posses do senhor. Por outro lado, também era arriscado, pois a brusca variação do preço do escravo ou a sua falta colocava em suspenso a produção e os rendimentos do senhor.

No Cariri, uma localidade relativamente distante do comércio de escravos, o valor e o suprimento da mão de obra cativa influenciaram decisivamente para a progressiva alta de preços, durante o correr do século XIX. Tal crescimento é percebido desde o século XVIII, sobretudo para os escravos africanos, quando já era conhecida pelos senhores a rentabilidade da posse escrava. Brandão (1999, p. 128) afirmou que “o preço do negro de angola durante o século XVIII permaneceu em torno de 80\$000 rs”.

¹⁵ AFC, Inventário de Joaquina Maria do Espírito Santo, Caixa 09, Pasta 265, Ano 1857.

¹⁶ AFC, Inventário de Antonio Telles de Mendonça, Caixa 16, Pasta s/n, Ano 1872.

¹⁷ AFC, Inventário do Tenente Coronel Vicente Amâncio de Lima, Caixa 9, Pasta 264, Ano 1857.

¹⁸ AFC, Inventário do Joaquim Manoel, Caixa 17, Pasta s/n, Ano 1875.

Em inventário datado de 1751, pode ser percebido como esse acréscimo nos preços dos escravos foi significativo. Quando do falecimento do senhor Desidério Pereira, são enumerados para partilha oito escravos, dentre eles dois homens, três mulheres e três crianças, cotados a valores bastante inferiores em relação aos preços dos cativos no século XIX, como se pode ver no título de escravos deste documento.

Huma negra de nação da Costa de idade de cinquenta anos pouco mais ou menos – 40\$000
 Huma crioula por nome Maria de idade que aparenta ser de 20 anos pouco mais ou menos – 60\$000
 Huma crioula com nome Joanna com idade 16 anos – 55\$000
 Huma crioulinha por nome Maria idade nove anos – 35\$000
 Huma cabrinha por nome Jessalia de idade de 12 anos – 25\$000
 Hum cabra de nome Brás com idade de treze anos – 45\$000
 Hum crioulo de nome Francisco com idade de 20 anos – ausente foi para a avaliação e não tinha chegado.¹⁹

São homens e mulheres em faixa etária de trabalho, mas que não ultrapassam os 60\$000. Enquanto que nos arrolamentos produzidos no século seguinte, nem mesmo uma criança, com cinco anos de idade, chega a valer tão pouco, com exceção aos doentes e deficientes *em estado de não poder prestar*, como anunciam alguns inventários. Para o trabalho, estivessem nos canaviais, engenhos, criação ou no espaço urbano, os senhores privilegiavam os escravos que apresentassem vigor físico. Assim, crianças e velhos, mesmo que utilizados em diversos serviços, eram preteridos em relação aos escravos em faixa etária produtiva, ou seja, ao Escravo Padrão.

O cativo que tivesse entre 15 e 40 anos de idade e que não fosse portador de doenças graves ou deficiência física era considerado como Escravo Padrão. No Cariri Cearense, de acordo com os inventários analisados, foram contabilizados 1.335 escravos no período de 1810 a 1884, sendo 512 crianças até 14 anos, 186 escravos com mais de 40 anos e 588 adultos de 15 a 40 anos. O número de cativos que poderiam ser considerados como Escravos Padrão era de 545, como se pode observar na Tabela 4.

A partir dos dados evidenciados na Tabela 4, verifica-se um aumento gradual do valor monetário atribuído à posse cativa. A tabela, que engloba dados de inventários elaborados entre as décadas de 1810 e 1884, contém dados significativos para a análise dos escravos e do contexto em que estavam inseridos, o sul do Ceará na segunda metade do século XIX.

TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO VALOR MÉDIO (EM MIL RÉIS) DOS ESCRAVOS PADRÃO, POR DÉCADAS E SEXO (1810 – 1884)

Períodos	Homens			Mulheres		
	Escravos Padrão	Preço Médio*	Varição (%) do Preço	Escravos padrão	Preço Médio*	Varição (%) do Preço
1810 – 1819	10	120,00	-	05	142,00	-
1820 – 1829	11	131,81	9,84	17	131,47	-7,42
1830 – 1839	27	235,55	78,70	35	284,57	116,45
1840 – 1849	54	325,55	38,21	45	310,66	9,17
1850 – 1859	58	476,20	46,28	75	505,46	62,71
1860 – 1869	51	691,00	45,11	59	555,00	9,80
1870 – 1879	45	637,20	-7,79	34	428,30	-22,83
1880 – 1884	07	492,80	-22,66	12	266,60	-37,75

Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações do Arquivo do Fórum do Crato - AFC – Inventários *post-mortem*, Cariri 1810 – 1884.

Nota: * valor corrente.

Entre as décadas de 1810 e 1820, a diferença no preço dos escravos ainda era pouco sensível, sobretudo para as mulheres que apresentavam queda de 7% na média geral. No entanto, a partir da década de 1830, os preços dos escravos já demonstravam variações maiores, com um

¹⁹ AFC. Inventário de Desiderio A. Pereira, Caixa 1, Pasta 1, Ano 1751.

significativo aumento das estimativas para o sexo feminino. Data dessa época, um aumento no número de cativos nos inventários, assim como um acréscimo no preço dos escravos que chega a 44% e no caso das mulheres, 53%, primeira inversão da média de preços ocorrida entre homens e mulheres.

Essa brusca mudança foi resultado da proibição do tráfico africano pela implantação da lei de 1831, que ficou conhecida “lei pra inglês ver”, embora no Ceará, em 1834, terem sido presos dois navios negreiros (FERREIRA SOBRINHO, 2005, p. 37). Com a represália por parte do governo britânico no tráfico de africanos para o Brasil, a oferta de mão de obra cativa diminuiu consideravelmente. Quedas na oferta tendiam a ser mais sentidas em áreas que não apresentassem uma economia caracteristicamente de *plantation*, uma produção voltada em maior medida para a exportação – e, portanto, mais rentável – que, sem dúvidas, aglutinava o maior fluxo de escravos. Em 1840, contudo, os números indicam que a situação já estava mais estabilizada, pois a quantidade de cativos do sexo masculino cresceu tanto quanto seu valor de mercado, todavia, os preços das escravas apresentam variações bruscas durante as décadas.

Tal instabilidade dos preços de homens e mulheres, durante a primeira metade do século XIX, se apresentava bastante peculiar, uma vez que, ao contrário de regiões do sul do Brasil, ou mesmo do sertão pernambucano, a cotação entre os dois sexos, antes de 1850, chegava quase a equilibrar-se. Dependendo das condições físicas e da necessidade, as escravas podiam valer o mesmo preço que os homens. Todavia, não há dúvida de que nem todas as tarefas eram relegadas às mulheres, enquanto os homens, por apresentarem uma resistência física maior, eram aplicados com mais facilidade em determinadas atividades, como o manejo do gado ou a ceifa no canavial.

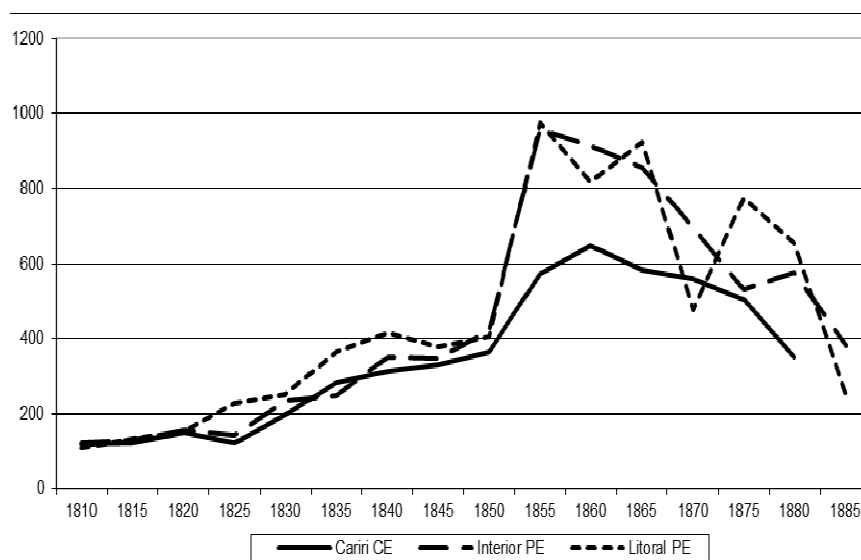
A partir de 1850, no entanto, a cotação do preço do elemento servil nos inventários *post-mortem* de proprietários na região do Cariri aumentou consideravelmente. No transcorrer desta década, o preço do escravo, especialmente do sexo masculino, aumentou em 45%. No caso das escravas seu aumento correspondeu a mais de 60%. Coincidentemente, a inversão em 1850 ocorre nas mesmas condições da década de 1830, momento de implantação de leis que inibiam o tráfico de escravos.

Todavia, nesse segundo momento, a proibição do tráfico transatlântico foi definitiva, o que fez com que recaíssem consequências nesta recessão, como a intensificação do comércio interprovincial de cativos; além da necessidade da venda destes a fim de obter recursos em virtude das estiagens que assolavam a Província do Ceará – em particular a seca de 1877 a 1879.

A rentabilidade dos preços de escravos – guardadas as devidas proporções - era comum às regiões brasileiras, fossem elas interior ou litoral, de *plantation*, produção para um mercado interno ou de consumo imediato. Se comparados os preços médios de escravos do Crato com os valores de cativos de Pernambuco, uma Província dividida entre a lógica da grande propriedade com muitos escravos e voltada para uma produção em larga escala no litoral e da produção para consumo interno no espaço do interior percebe-se que os cativos, mesmo os pertencentes à Zona da Mata, não tinham preços muito mais altos que os do sertão.

Avaliando os dados contidos no Gráfico 1, entre 1810 e 1820 os preços de escravos no Cariri e na Província pernambucana estavam praticamente equilibrados, o cativo estava cotado a uma média de 200\$000. Contudo, as variações ocorridas até a segunda metade do século não se apresentaram tão drásticas, pois houve apenas uma pequena elevação dos preços do litoral em relação aos dois espaços de interior avaliados. O valor do escravo evoluiu para 400 mil réis em trinta anos, de 1820 a 1850, um período de “depressão da economia canavieira” (MATTOSO, 1992, p. 93) e, como já foi ressaltado, de tráfico ilegal de cativos.

A partir da segunda metade do século XIX é que as oscilações se mostram mais bruscas. Nesse momento, os preços de escravos entre as duas Províncias avaliadas no gráfico apresentam maiores divergências: enquanto o litoral e o interior de Pernambuco permanecem em sentido crescente e com seus valores bastante equilibrados, o Cariri Cearense sofre um contínuo decréscimo nos preços de seus cativos. Aliás, durante as próximas décadas, o valor do elemento servil permanece bastante instável, principalmente no litoral de Pernambuco.



Fonte: Elaborado pelas autoras com base nas informações do AFC – Inventários *post-mortem*, Cariri 1810 – 1888 e Versiani & Vergolino (2002), Inventários IAHGP – PE.

De acordo com os estudos para Pernambuco, entre os anos de 1850 e 1860,

“os preços médios de escravos no Agreste-Sertão acompanham, em termos gerais, os da Zona da Mata, embora esses últimos mostrem um aumento significativo nos anos cinquenta, o que é coerente com um aumento contemporâneo nos preços do açúcar, em mil-réis. O pico de preços no Agreste-Sertão se dá nos anos sessenta, período em que a cultura do algodão se mostrou muito lucrativa, com a alta nos preços internacionais do produto.” (VERGOLINO & VERSIANI, 2002, p. 10)

No Cariri, entre estes anos se percebe os últimos fôlegos de maiores valores dos cativos. Alguns chegavam a valer um conto de réis, contudo, eram exceções. O fato é que a propriedade de escravos já diminuía bastante em 1860. Naquela época, apenas os senhores com maiores condições financeiras eram possuidores do elemento escravizado. Ao que tudo indica, o surto algodoeiro no Ceará teve mais braços livres que escravos em sua lida.

No entanto, foi nos anos 1870 e 1880 que o preço do escravo começou a sofrer variações negativas, de forma mais discreta na primeira década, e mais acentuada na segunda. Tal decréscimo estava relacionado ao fato de nesses períodos esta região ter sido assolada por catástrofes climáticas e endêmicas. As atas das Câmaras Municipais das cidades do sul cearense foram repletas de solicitações de auxílio em virtude da falta de chuvas para as lavouras e de boticários e drogas para o socorro dos doentes.²⁰

De toda maneira, a utilização do trabalho escravo no século XIX foi bastante rentável aos senhores que dela se valeram. Homens e mulheres foram alocados nas mais diversas atividades econômicas. Mesmo as crianças, filhas de escravos, foram aproveitadas pelos senhores, ainda que apenas para os serviços mais leves.

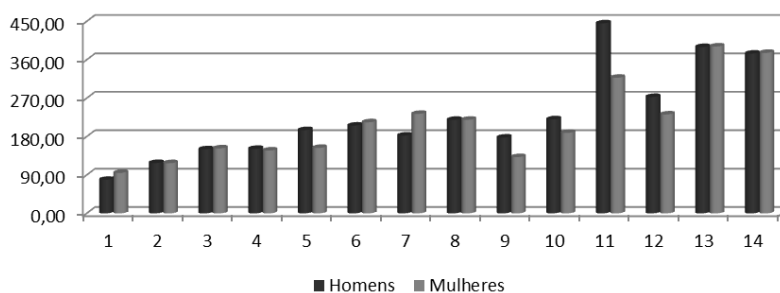
Segundo os documentos *post-mortem*, no Cariri Cearense da segunda metade do século XIX havia uma expressiva presença de crianças arroladas, num total de 38,35% dos escravos. Era uma cifra significativa, levando-se em conta que se trata de uma população com altos índices de mortalidade, em especial as crianças, frágeis fisicamente e sem nutrição necessária a uma qualidade de vida razoável ou mesmo ruim. Desde cedo as crias cativas se percebiam invariavelmente dentro

²⁰ Arquivo Público do Estado do Ceará - APEC – Atas das Câmaras Municipais das cidades de Crato, Barbalha, Missão Velha, Jardim e Milagres, sobretudo as três últimas, na década de 1870.

da lógica da escravidão de posse e proprietário. É o caso da menina Pastora, que tinha apenas 14 dias de nascida e já estava cotada a 20\$000.²¹

Ao longo de suas vidas, os preços que lhe eram atribuídos sofriam variações, pois, em geral, a cotação das crianças era identificada pelo potencial que ela apresentava para o trabalho, fosse especializado ou não. Dessa maneira, infantes a partir dos dez anos eram bem mais caros, uma vez que já apresentavam uma formação física mais definida e tinham um rendimento mais aproximado dos adultos, conforme se pode observar no Gráfico 2 por idade e preço das crianças nas décadas de 1810 – 1849 e 1850 – 1884.

GRÁFICO 2 - MÉDIA DE IDADES E PREÇOS DE ESCRAVOS ATÉ OS 14 ANOS NO CARIRI PARA O SÉCULO XIX



Fonte: Elaborado pelos autores com base nas informações dos Inventários *post-mortem*, AFC, 1810 – 1849 e 1850 – 1884.

No que se refere à média de preços das crianças, entre a primeira e a segunda metade do século XIX, é perceptível uma taxa de crescimento contínua, assim como foi observada na análise para os escravos adultos: seguiu um curso positivo, demonstrando maiores alterações nas décadas de 1830 e 1850. Além dos preços, o número de crianças nos plantéis também sofreu um aumento gradual no correr do século XIX.

É na segunda metade desse século que os preços das crianças se apresentam mais alto. Esse aumento certamente foi influenciado pelo fim efetivo do tráfico atlântico, que ocasionou a diminuição da oferta de Escravos Padrão e fez com que a mão-de-obra infantil fosse muito mais valorizada. Por volta de 1850, em 57 inventários de senhores de escravos são encontradas 129 crianças, cerca de dois infantes por propriedade. Um número bastante alto, dada à ínfima presença escrava na região.

Os preços alcançados na idade de 11 anos tanto na primeira quanto na segunda metade do século XIX eram os mais altos. Segundo Mattoso (1992, p. 129), “a criança escrava presta serviços desde os 7-8 anos”. Nas listas de matrícula, muitas crianças em tenra idade já são consideradas como pessoas capazes de desempenhar serviços leves. Feliciano²² e Maria²³ com as idades de nove e sete anos, respectivamente, já são consideradas como “trabalhadores”. Assim, de acordo com a progressão da idade, a disposição para o serviço também se adaptava às circunstâncias.

No Cariri, outras fontes também levam a crer que a idade de trabalho do cativo – denominado como Escravo Padrão – começava aos onze ou doze anos, posto que frequentemente são encontradas crianças com essa idade e já valendo o preço de um escravo adulto, o que quer dizer, na sua faixa etária mais produtiva. Nessa fase de sua vida – hoje conhecida como adolescência – a criança já era considerada como apta a quaisquer serviços e não mais apenas aos *leves*.

Nesse contexto, havia uma intensa expectativa acerca dos *escravinhos* e *escravinhas* que povoavam a região. Em 1855, o escravo de nome Alexandre, com treze anos, pertencente ao senhor Joze Ferreira Leite, foi avaliado no inventário deste pela quantia de 600\$000, um preço que nem todos os escravos em idade servil alcançavam.²⁴ Da mesma maneira, a menina de doze anos

²¹ AFC. Inventário de Joanna Angellica da Anunciação, Caixa 6, Pasta 53, Ano 1836.

²² AFC. Inventário Leopoldina Bezerra Dias Monteiro, Caixa 16, Pasta 547, Ano 1873.

²³ AFC. Inventário Izabel Roza de Macedo, Caixa 16, Pasta 550, Ano 1873.

²⁴ AFC. Inventário de Joze Ferreira Leite, Caixa 8, Pasta 230, Ano 1855.

chamada Maria da Luz teve sua avaliação orçada em 600\$000 e sua *companheirinha* de escravidão, Maria Josefa, com apenas oito anos, já valia 400\$000.²⁵

O cativo, então, era adquirido a fim de servir ao senhor de modo a lhe render uma receita e não apenas despesas. Mesmo em inventários como o do senhor Cassimiro José Pessoa, em que é citada uma escrava juntamente com três filhos, e apenas ela, Quitéria, de 23 anos, em idade de trabalhar, tal registro não significava um elemento de *status*, mas a cativa foi arrolada como ‘capaz de qualquer serviço’, em especial o de lavar roupa. Uma vez que o investimento na compra do cativo deveria render ao senhor pelo menos o custo gasto em sua aquisição.²⁶

Assim, pela noção do elemento servil como mão de obra útil e apta a todos os tipos de trabalho, o contingente escravo se espalhou por todo o sul da Província, engajado nos mais diversos serviços. Nesta região também labutavam os trabalhadores livres pobres em troca de proteção e cuidados do senhor de escravo. Juntos, livres pobres e escravos, desempenharam muitas funções e trabalhos, apenas separados por suas condições sociais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente artigo avaliou o desenvolvimento das atividades econômicas no Cariri Cearense na segunda metade do século XIX aliado a uma análise de como se processou a utilização do trabalhador escravizado nessa economia. As fontes pesquisadas são, em maior medida, os inventários *post-mortem* produzidos neste período e que trazem uma relação detalhada dos bens considerados de valor pertencentes ao inventariado.

Dessa maneira, a listagem das posses possibilitou o exame dos tipos de atividades econômicas que eram desenvolvidas pelos senhores que habitavam o sul cearense. O cruzamento dos dados com outros registros históricos, notadamente os levantamentos estatísticos do Senador Pompeu, permitiram uma avaliação mais acurada do setor produtivo dessa região. Assim, foi percebido que predominavam as propriedades engajadas na produção agrícola, pecuária e agricultura. Destas, apresentavam maior quantidade e rentabilidade as propriedades ligadas à cultura da cana de açúcar. A lavoura e a produção dos derivados da cana deram mobilidade ao comércio interno e permitiram uma discreta atuação no comércio com o restante da Província.

Além disso, ficou evidente que o trabalho escravo no Cariri nas décadas finais da escravidão ainda tinha bastante utilidade para os senhores, sobretudo no que diz respeito à lavoura canavieira e ao trabalho nos engenhos. Bastante diferente da realidade de *plantation* vivenciada pelo Centro-Sul brasileiro e dos engenhos de açúcar presentes na Zona da Mata nordestina, o Cariri era uma região entrecortada por pequenas e médias propriedades, na sua maioria rurais, conhecidas como sítios – variando entre um e trinta escravos – em que se produzia gêneros de consumo imediato e para um comércio, seja ele local ou não, bem como na criação de animais.

Dessa maneira, o trabalhador cativo foi bastante utilizado nas diversas atividades econômicas existentes no Cariri; estes conviveram dentro dos espaços de produção com trabalhadores de outros estratos sociais, livres e libertos, e eram alocados para qualquer serviço, principalmente, o trabalho manual e pesado.

Ademais, o repensar da historiografia acerca da escravidão no Ceará e mesmo no Cariri tem mostrado aspectos diferentes dos que foram percebidos por uma historiografia mais tradicional (GIRÃO, 2000; ARAGÃO, 1985; FIGUEIREDO FILHO, 1966). Nesse processo, este artigo, visou acrescentar uma nova visão sobre a dinâmica econômica caririense, em função de atividades que coexistiam, se completavam e sustentavam uma conjugação entre o trabalho escravo e livre. Sendo assim, conclui-se que esta é uma nova maneira de ver – isto é, a história que está sempre sendo repensada – a economia e o trabalho escravo no Cariri.

²⁵ AFC, Inventário de Maria Arnaut de Jesus, Caixa 8, Pasta 237, Ano 1855.

²⁶ AFC, Inventário de Cassimiro José Pessoa, Caixa 17, Pasta s/n, Ano 1875.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAGÃO, Raimundo Batista. *História do Ceará*. 2 ed. Ceará: Imprensa Oficial do Ceará, IOCE, 1985.

BRÍGIDO, João. *Ceará (Homens e Fatos)*, Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2001.

BRAGA, Renato. *Dicionário Geográfico e Histórico do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Universitária do Ceará.

BRASIL, Thomaz Pompeu de Souza. *Ensaio Estatístico da Província do Ceará*. T 1. Fortaleza: Fundação Waldemar de Alcântara. 1997

CAPANEMA, Guilherme S & GABAGLIA, Giacomo Raja. *A seca no Ceará: escritos de Guilherme de Capanema e Raja Gabaglia*. Fortaleza: Museu do Ceará, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. *Antologia do folclore brasileiro: séculos XVI-XVII-XVIII, os cronistas coloniais, os viajantes estrangeiros, biobibliografia e notas*. 3.ed. São Paulo: Martins, 1965.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Escravidão e abolição no Brasil: novas perspectivas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

CORTEZ, Ana Sara R. P. *Cabras, Caboclos, Negros e Mulatos - A família escrava no Cariri Cearense (1850 - 1884)*. 2008. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FEIJÓ DE SÁ, Maria Yacê C. *Os Homens que Faziam o Tupinambá Moer: Experiência e Trabalho em Engenhos de Rapadura no Cariri*. 2007. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

FERREIRA SOBRINHO, José Hilário. *Catirina, minha nega, teu senhô ta querendo te vendê, pero Rio de Janeiro, pero nunca mais te vê: O Tráfico Interprovincial no Ceará*. Dissertação (Mestrado em História Social), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2005.

FIGUEIREDO FILHO, José de. *História do Cariri*. Vol. 2. Crato. Faculdade de Filosofia do Crato. 1964.

_____. *História do Cariri*. Vol. 3. Crato. Faculdade de Filosofia do Crato. 1966.

_____. *Engenhos de Rapadura do Cariri*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1958.

FUNES, Euripedes Antonio. Negros no Ceará. In: *Uma Nova História do Ceará*. Simone de Souza (org.). UFC: Fortaleza, 2002.

GARDNER, George. *Viagem ao interior do Brasil*. São Paulo, EDUSP, 1975.

GIRÃO, Valdelice. Da conquista e implantação dos primeiros núcleos urbanos na Capitania do "Siará Grande". In: *História do Ceará*. Simone de Souza (org.). Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1994.

- GIRÃO, Raimundo. *História Econômica do Ceará*. Casa José de Alencar – Programa Editorial. 2 ed. Fortaleza, 2000.
- GODOY, Marcelo Magalhães. O primado do Mercado Interno: A proeminência do espaço canavieiro de Minas Gerais no último século de hegemonia das atividades Agroaçucareiras tradicionais no Brasil. *Estudos Econômicos*, v. 38, n. 4, p. 815-848, 2008.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformação e trabalho: uma economia escravista – Minas Gerais no século XIX*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988.
- NEVES, Frederico de Castro. A Seca na História do Ceará. In: *Uma Nova História do Ceará*. Simone de Souza (org.). UFC: Fortaleza, 2002.
- PASCOAL, Isaías. Economia e trabalho no sul de Minas no século XIX. *Econ. soc.*, Ago 2007, vol.16, no.2, p.259-287.
- PORTO ALEGRE, Maria Sylvia. Vaqueiros, agricultores, artesãos; Origens do Trabalho Livre no Ceará Colonial. *Revista de Ciências Sociais*, v. 20\21, n. 1\2, 1989\1990.
- RAMOS, A. *Introdução à Antropologia brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Casa do Estudante do Brasil, 1943.
- SCHWARTZ, Stuart B. *Segredos internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835*. São Paulo: Companhia das Letras/Cnpq, 1998.
- SILVA, Pedro Alberto de Oliveira. *História da escravidão no Ceará Das origens à extinção*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 2002.
- STUDART, Guilherme. *O Ceará no tempo de Miranda Henriques*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1892.
- VERSIANI, Flávio Rabelo; VERGOLINO, José Raimundo Oliveira. Posse de escravos e estrutura da riqueza no Agreste e Sertão de Pernambuco: 1777 – 1887. *Estudos Econômicos*, v. 33, n. 2, p. 353-393, 2003.
- _____. *Preços de Escravos em Pernambuco no Século XIX*. Texto para Discussão n. 252, 2002.